

FALE COM A GENTE!

Editores Bruno Rios, Marcelo Luís,
Rafael Motta e Ronaldo Abreu Vaio
E-mail cidades@atribuna.com.br
Telefone 2102-7157

DESTAQUE DO DIA

CIDADES

Petróleo gera renda extra à BS

Leilão na Bacia de Santos deve proporcionar receita adicional de R\$ 49,6 milhões aos municípios da região, segundo estimativa

MATHEUS MÜLLER
DA REDAÇÃO

A Baixada Santista receberá uma receita adicional estimada em R\$ 49,6 milhões pelo leilão dos campos de petróleo na Bacia de Santos, que está marcado para 6 de novembro. O valor será dividido entre as nove cidades com base na faixa populacional, o que torna Santos, Praia Grande, São Vicente e Guarujá as mais bem pagas, cada uma com R\$ 7,3 milhões.

Cubatão recebe R\$ 5,3 milhões, Itanhaém R\$ 4,4 milhões, Peruíbe e Bertioga R\$ 3,5 milhões cada e Mongaguá, R\$ 3,2 milhões. A apuração sobre o valor a ser arrecadado faz parte de um levantamento da Data Center Brasil, consultoria que realiza pesquisas e análise de dados.

Segundo o diretor-geral da empresa, o jornalista Rodolfo Amaral, os cálculos estão baseados no lance mínimo esperado pelos campos de petróleo: R\$ 106,5 bilhões. Nada impede, portanto, que seja destinado mais dinheiro às cidades.

“O valor pode ser usado para investimentos e para cobrir rombos na previdência, mas não para o gasto com pessoal”, diz Amaral.

Vale reforçar que a receita é um bônus e faz parte dos recursos obtidos pela cessão onerosa (reserva excedente da Bacia de Santos, que foi cedida para exploração). A questão não tem a ver com os *royalties* do petróleo – pago aos municípios como compensação pela extração e produção do produto.

DIVISÃO
A Câmara dos Deputados aprovou na última quarta-feira novas regras para a divisão do valor arrecadado entre os estados e municípios. O repasse previsto anteriormente era de 10% e, com o novo acordo, passou para 15%. A questão, porém, ainda precisa ser votada pelos senadores, o que está previsto para ocorrer na próxima terça-feira.

Amaral explica como a empresa chegou aos R\$ 49,6 milhões destinados pa-



GERALDO FALCÃO/AGÊNCIA PETROBRAS/DIVULGAÇÃO

Valores serão repassados às cidades de acordo com a faixa populacional; assim, Santos, Guarujá, Praia Grande e São Vicente recebem a maior fatia do bolo

VALORES	LEI DOS ROYALTIES
Bertioga R\$ 3.561.280,00	O STF deve julgar em 20
CubatãoR\$ 5.341.920,00	de novembro a constitucionalidade
GuarujáR\$ 7.355.680,00	da Lei 12.734/2012, que prevê
Itanhaém R\$4.449.120,00	mudanças na distribuição
MongaguáR\$ 3.263.680,00	de royalties. Hoje, a lei está
PeruíbeR\$ 3.561.280,00	suspensa graças a uma Ação
Praia GrandeR\$ 7.355.680,00	Direta de Inconstitucionalidades
SantosR\$ 7.355.680,00	(Adin), movida pelo Governo do
São VicenteR\$ 7.355.680,00	Rio de Janeiro, que tem muito
Total R\$ 49,6 milhões	a perder com as alterações.
	Outros municípios que podem
	ser gravemente afetados
	são Cubatão e Bertioga. Ambas

ra a Baixada Santista.
Dos R\$ 106,5 bilhões esperados pelo Governo Federal – bônus que as vencedoras do leilão vão pagar pelo

contrato –, R\$ 33,6 bilhões ficarão com a Petrobras; dos demais R\$ 72,9 bilhões, 15% (R\$ 10,9 bilhões) serão repartidos en-

as cidades são as que mais recebem royalties na Baixada Santista, respectivamente, R\$ 98,5 milhões e R\$ 76,2 milhões em 2018. De acordo com Rodolfo Amaral, caso passe a valer a lei, o que ele não acredita, Cubatão teria uma queda de aproximadamente R\$ 60 milhões no repasse, enquanto Bertioga perderia algo em torno de R\$ 50 milhões. A expectativa do governo fluminense é adiar o julgamento para 2020.

tre os estados e outros 15% entre os municípios.
A partilha do recurso entre as cidades é feita com base no Fundo de Participa-



CARLOS NOGUEIRA-ARQUIVO

Amaral calculou as estimativas

nado um repasse.
Dos R\$ 10,9 bilhões destinados aos municípios, as cidades paulistas têm direito a R\$ 1,4 bilhão, sendo 3,4% desses para a Baixada Santista, os R\$ 49,6 milhões.

MEGALEILÃO
O megaleilão, marcado para 6 de novembro, permitirá a exploração de um volume excedente de barris de petróleo da Bacia de Santos. A União estima mais 6 bilhões de barris.
Em 2010, a Petrobras assinou um acordo de R\$ 74,8 bilhões com o Governo para explorar 5 bilhões de barris da área.

LEIA MAIS NA PÁGINA B-4

Cidades explicam como irão utilizar os recursos

■ ■ ■ O dinheiro que será repassado para os municípios não é carimbado e, portanto, pode ser usado para qualquer fim, de investimentos à cobertura de rombos da previdência. A única restrição é o pagamento de funcionários.
A *Tribuna* procurou os municípios que, com base nos recursos indicados pelo levantamento feito pela

Data Center Brasil, indicaram como pretendem usar o bônus da cessão onerosa dos leilões. Apenas Santos não respondeu aos questionamentos.

GUARUJÁ
Informa que, na hipótese de o leilão se concretizar, os recursos serão incorporados ao Tesouro Municipal para atender necessida-

des preestabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as metas do Plano Plurianual (PPA), sobretudo nas áreas da Saúde e Educação.

SÃO VICENTE
A Secretaria da Fazenda aponta que se trata de um recurso pré-determinado, destinado a benefícios ambientais e mobilidade.

PRAIA GRANDE
Diz que os recursos auxiliarão no planejamento orçamentário, ampliando a capacidade de investimentos.

ITANHAÉM
Pretende aplicar a receita em infraestrutura.

MONGAGUÁ
Destinará a verba da seguinte forma: 15% na educação,

25% na saúde e 70% em infraestrutura.

PERUÍBE
Informa que vai definir as prioridades ao receber o valor, mas destaca uma maior disponibilidade para investir em saúde, educação, infraestrutura e zeladoria.

BERTIOGA
Pretende usar os recursos

em investimentos na infraestrutura. Já há projetos em desenvolvimento para contemplar todas as regiões.

CUBATÃO
Aponta que os recursos serão destinados para segmentos diversos, como meio ambiente, saúde, educação, transporte, entre outros.